

A TRAJETÓRIA E O TRATAMENTO DESTINADO AOS NEGATIVOS 35MM DO ACERVO ASCOM

LA TRAYECTORIA Y EL TRATAMIENTO DESTINADO A LOS NEGATIVOS DE 35MM DEL ACERVO ASCOM

Thiago Henrique Costa Miranda*

Resumo

Este artigo pretende demonstrar a trajetória dos documentos da Assessoria de Comunicação Social do Município (ASCOM), que foram recolhidos pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, e abordar quais são os procedimentos adequados para o acondicionamento, a preservação e a conservação dos negativos 35mm atualmente. Além disso, serão avaliados os principais problemas enfrentados pelo APCBH em relação ao tratamento desses materiais e também mostrar os avanços em pesquisas, projetos e métodos para a ampliação do acesso a estas imagens e também para a preservação da memória do município.

Palavras-Chave: ASCOM, Negativos 35mm, Tratamento

Resumen

Este artículo tiene la intención de demostrar la trayectoria de los documentos de la Oficina de Comunicación Social de la Ciudad (ASCOM), que fueron recogidos por lo Archivo Público de la Ciudad de Belo Horizonte, y frente a lo que son los procedimientos adecuados para el manejo, preservación y conservación de negativos de 35 mm en la actualidad. Asimismo, se evaluarán los principales problemas que enfrentan lo APCBH en relación con el tratamiento de estos materiales y también muestran el progreso en la investigación, diseño y métodos para ampliar el acceso a estas imágenes y también para la preservación de la memoria de la ciudad.

Palabras Clave: ASCOM, Negativos 35mm, Tratamiento

Introdução

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)¹, equipamento da Fundação Municipal de Cultura criado em 1991, é o órgão responsável pela gestão, recolhimento, preservação e acesso aos documentos produzidos ou recebidos pelos

* Graduando de Licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Estagiário do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte/Projeto Cestas da Memória. (thiagohcm1993@hotmail.com).

¹ Lei n. 5.900, 20 de maio de 1991, criou o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

poderes executivo e legislativo municipal. Em 1993, o APCBH recolheu da Assessoria de Comunicação Social do Município (ASCOM) uma vasta documentação que precisava de tratamento adequado para a sua preservação, devido ao seu estado de vulnerabilidade.

O APCBH no início de suas atividades enfrentava algumas dificuldades, dentre elas a falta de verba e de espaços destinados ao acondicionamento e ao armazenamento dos documentos. Porém, muitos problemas foram sendo solucionados com a preparação dos profissionais, com cursos especializados, com a ampliação dos espaços da instituição e principalmente com a construção do Depósito Audiovisual que previne os documentos de estragos ou intempéries.

O acervo recolhido da ASCOM foi remanejado para o Depósito Audiovisual, que tem a temperatura e a umidade adequada para o material. Hodiernamente os documentos recebem o tratamento adequado para a sua preservação e conservação. Nesse processo, muitos problemas foram encontrados levando a instituição a estabelecer padrões para o tratamento do acervo, principalmente na definição dos campos presentes na listagem dos negativos e também na preservação digital.

O APCBH avançou em projetos como o “Cestas da Memória”² e também em parcerias para a captação de recursos que proporcionaram a compra de equipamentos e o desenvolvimento do banco de dados da instituição, possibilitando ao consulente o acesso virtual remoto a imagens digitalizadas, de forma mais rápida e cômoda. A ideia é realizar todos os tratamentos nos negativos 35mm da ASCOM, para que estes futuramente estejam disponíveis para o acesso on-line, ampliando a dimensão de materiais e de imagens deste acervo.

O tratamento dado aos negativos 35mm é prova que o APCBH está interessado na preservação e na conservação de seu acervo e que a fotografia é um elemento de grande importância para a preservação da memória e da história do município, mantendo a herança cultural do passado para estabelecer metas e mudanças no presente.

² Projeto desenvolvido no APCBH, desde o ano de 2003, que já identificou aproximadamente 20.000 imagens entre fotografias e negativos.

Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte

A Assessoria de Comunicação Social do Município (ASCOM) foi criada na estrutura organizacional da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) no ano de 1992, depois dos antigos órgãos e setores, com atribuições semelhantes, sofrerem inúmeras alterações.

Nas primeiras décadas de administração municipal, não existia nenhum órgão responsável pelas tarefas de comunicação social. Foi em 1930 que as atividades relacionadas ao setor apareciam mais. De forma ainda prematura, as publicações de atos oficiais foram construindo o acervo administrativo da cidade por meio da Inspeção de Expediente e Comunicações³ e do Serviço de Comunicação e Arquivo⁴.

Entretanto, o primeiro órgão responsável exclusivamente por atender as funções de comunicação foi criado em 1961 e se chamava Serviço de Relações Públicas⁵, porém foi extinto em 1967 devido a uma mudança administrativa. Em 1983, as competências do órgão ficaram sob a responsabilidade da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas⁶, que estendeu o seu atendimento não apenas ao Prefeito, mas também às secretarias municipais e a outros setores equivalentes.

Depois de uma reforma organizacional administrativa na Prefeitura de Belo Horizonte, a ASCOM foi fundada em 1992, tendo como principal finalidade “planejar e coordenar as atividades inerentes à comunicação social, visando à integração da política e das atividades dos órgãos e entidades da Administração Pública nessa área”⁷. As atividades coordenadas pelo órgão estão destinadas à divulgação, à cobertura e distribuição do material jornalístico, a assistir o Prefeito e os setores vinculados à gerência pública, além de coordenar a política de comunicação externa e interna da Administração, no âmbito do Poder Executivo.

Em 2005, a ASCOM reformulou sua estrutura assumindo funções da Assessoria Adjunta de Imprensa e Município e criou a Assessoria de Comunicação Social Adjunta

³ Decreto 35 de 23/07/1935 e Decreto 36 de 23/07/1935. O órgão era responsável, entre outras atribuições, pela publicação de leis e regulamentos. Foi extinto pela mudança administrativa estabelecida pelo Decreto-Lei 116 de 25/09/1942.

⁴ Decreto-Lei 209 de 11/11/1947. Também respondia pela publicação de atos oficiais. Foi extinto pela mudança administrativa estabelecida pela Lei 51 de 21/11/1948.

⁵ Lei 860 de 10/02/1961. O órgão era subordinado ao Gabinete do Prefeito.

⁶ Decreto 4.489 de 13/07/1983. O inciso VIII do art. 4º determina que o órgão deve “entrosar-se com o serviço de cerimonial do Gabinete do Prefeito”, sendo a primeira vez que as atividades de cerimonial aparecem relacionadas aos setores de comunicação social na legislação municipal.

⁷ Lei n.9.011 de 01 de janeiro de 2005, Art. 10.

do Município⁸ sob sua subordinação.

Desde 2008, a base da estrutura administrativa da ASCOM é composta por 15 (quinze) gerências, cada qual com sua função específica, que se subdividem em 3 (três) níveis hierárquicos, o primeiro nível é composto por 8 (oito) gerências (Gerência de Publicidade e Propaganda, Gerência de Redação e Publicações, Gerência de Produção Visual, Gerência de Pesquisa e Documentação, Gerência de Planejamento e Coordenação de Publicações Oficiais, Gerência de Edição Eletrônica, Gerência de Integração e Imagem Institucional e Gerência de Edição do Diário Oficial do Município), o segundo nível hierárquico composto por 5 (cinco) gerências (Atendimento à Imprensa, Edição de Fotografia, Coordenação Fotográfica, Coordenação Gráfica do Diário Oficial do Município e Coordenação de Redação) e o último nível formado por 2 (duas) gerências (Produção Gráfica do Diário Oficial do Município e Produção Jornalística). Dentre esses setores é importante ressaltar o responsável pela Redação e Publicações (1º nível hierárquico), e a gerência de Edição de Fotografia (2º nível hierárquico), unidades administrativas que receberão maior foco no decorrer do artigo.

A Gerência de Redação e Publicações (GERP), por exemplo, apresenta grande acervo documental com imagens e textos relacionados à história do município. Essa gerência tem a função de acompanhar e assessorar a cobertura jornalística da Prefeitura, administrar serviços de fotografia, vídeo e rádio, produzir material de divulgação das atividades midiáticas da PBH, acompanhar as notícias vinculadas à Prefeitura para sua divulgação externa e interna, realizar a cobertura diária das obrigações e dos compromissos do Prefeito, além de produzir relatórios das atividades desenvolvidas, ao longo dos processos.

Determinados os setores responsáveis por cada tarefa do processo de comunicação social do município, faz-se necessário a compreensão do trâmite arquivístico para o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e os procedimentos realizados com esses documentos, para que estes possam servir como fontes de pesquisa para os consulentes.

⁸ Lei 9.011 de 01/01/2005. Segundo essa lei, compete ao titular dessa assessoria “atuar em parceria com o Assessor de Comunicação Social do Município e substituí-lo em suas ausências e impedimentos” (Parágrafo Único do Art.11).

Recolhimento dos documentos ASCOM

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), como órgão público, visa a “transparência das operações administrativas, a pesquisa, a proteção dos direitos do cidadão e o desenvolvimento da identidade local”⁹. Foi apenas em 1993 que o APCBH recebeu o primeiro recolhimento de documentos da ASCOM contendo uma gama de fotografias reveladas e em negativos. O acervo também conta com todos os exemplares do Diário Oficial do Município – DOM, peças gráficas de divulgação ou propaganda de comunicação interna e externa (cartazes, folhetos, panfletos e outros), relatórios de acompanhamento dos Prefeitos, *releases*, além de fitas magnéticas (VHC), fitas cassete magnéticas de áudio e disquetes.

A estrutura da ASCOM, com todas as suas gerências e funções orientou a elaboração do quadro de arranjo criado pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte para organizar a documentação recolhida, de acordo com suas peculiaridades e com o princípio da proveniência.

A Gerência de Redação e Publicações (GERP), responsável por parte deste vasto acervo, atende pelo Código de Referência BR MGAPCBH// AB.10.00.00 e apresenta um suporte documental de aproximadamente 6.657 fotografias em papel, 195.442¹⁰ negativos, 40 slides, 53 jornais, 1,68 metros lineares de documentos textuais, *releases*, jornais e relatórios de acompanhamento do prefeito em eventos.

Subordinada a esta gerência aparecem outras três unidades administrativas que integram a ASCOM em suas competências, a Gerência de Atendimento à Imprensa, a Gerência de Edição de Fotografia e a Gerência de Coordenação Fotográfica. Analisando a Gerência de Edição de Fotografia, que é responsável pelos 40.000 negativos fotográficos 6x6cm, 155.442 negativos fotográficos 35mm, 6.657 fotografias em papel e 40 *slides*, podemos observar a dimensão do acervo e a responsabilidade da instituição em tratar e acondicionar esses documentos da maneira correta.

Tratando especialmente dos negativos desse acervo, que apresenta 195.442 fotogramas (divididas em formatos 6x6cm e 35mm), são escassas as fontes que

⁹ Após publicação da Lei Nacional de Arquivos, Lei n.8.159, de 08 de janeiro de 1991, o município de Belo Horizonte aprovou a Lei n. 5.899, 20 de maio de 1991, que dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados.

¹⁰ Esse valor é estimado, devido à presença de negativos que ainda se encontram em rolos e que dificultam uma contagem mais precisa.

registram a chegada desses documentos no APCBH. Em relação aos negativos 6x6cm e as 2.500 fotos em papel, temos um relatório que comprova a transferência desses documentos, que se encontravam na antiga Assessoria de Imprensa, para a Empresa de Turismo de Belo Horizonte (Belotur), que não utilizou as imagens, mas guardou-as em um depósito intermediário e posteriormente transferiu-as para o APCBH em 1993.

Sobre a origem do acervo do APCBH, mencionamos procedências como doações, transferências e achados, mas, o volume maior que contém o grosso do material, foi-nos recolhido pela BELOTUR que o acumulou ao tê-lo recebido por transferência da antiga Assessoria de Imprensa que o arquivou durante décadas, em decorrência dos trabalhos dos fotógrafos que lá trabalhavam e eram solicitados a cobrir manifestações e eventos diversos pelos vários órgãos da PBH.¹¹

Em relação aos 155.442 negativos 35 mm, volume documental que será alvo de melhor análise posteriormente, temos a Guia de Recolhimento N°16, datada no dia 27 de abril de 1993, que contém uma descrição simples e sem muitos detalhes dos documentos:

Acervo Fotográfico Acumulado – Administração Prefeito Maurício Campos até Administração Prefeito Eduardo Azeredo.

Total de 76 cxs¹², sendo:

- 64 cxs (medida 26cm x 19cm) com fotos; e/ou negativos;
- 12 cxs (medida 26cm x 19cm) com fotos negativos e fotos; e
- 02 cxs (medida 30cm x 24cm) com fotos avulsas e negativos.¹³

A Guia de Recolhimento também aponta que as 78 caixas, com negativos e fotos, vieram da Av. Afonso Pena, 1212 – 2º andar, Centro (Assessoria de Comunicação Social) e chegaram ao APCBH dentro de outras 4 (quatro) caixas maiores com o Registro de Entrada N°30.

A Guia de Recolhimento N°16 por ser antiga, apresentava um tipo de procedimento bem diferente do que é realizado nos dias de hoje, com uma elaboração mais geral e com menor riqueza de detalhes. O APCBH investiu nos profissionais que ingressavam na instituição por meio de treinamentos e cursos de aperfeiçoamento técnico. Contudo, a instituição passava por dificuldades de investimentos e não possuía

¹¹ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. “Informações básicas sobre o acervo fotográfico do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.”, 1993, Fl.02.

¹² A Guia de Recolhimento, utilizada como fonte documental, apresentava um total de 76 caixas sendo que na descrição, a somatória é de 78 caixas.

¹³ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. “Guia de Recolhimento N°16”, 27/04/1993.

verbas para a compra dos materiais necessários e para a manutenção dos depósitos. Em virtude da manutenção de outros acervos, que necessitavam de um tratamento primordial devido a danos mais graves, problemas burocráticos, como a troca de funcionários e as construções para a ampliação dos depósitos, os tratamentos deste acervo fotográfico foram postergados.

O grande volume de imagens, recolhidas pelo APCBH, retrata a “trajetória da vida pública dos sucessivos prefeitos, a presença de várias autoridades políticas, além das solenidades, visitas, inaugurações, obras públicas, espaços públicos, serviços, eventos e manifestações culturais e políticas”¹⁴. O APCBH, como custodiador legal deste acervo, tem a responsabilidade de tratar e de preservar esse material para as frequentes consultas realizadas. A conservação desses documentos é necessária para minimizar qualquer tipo de degradação dos acervos, seja por fatores intrínsecos (degradações naturais dos elementos que constituem o material do documento, pelo tempo ou pelo espaço em que está localizado) ou extrínsecos (umidade, temperatura do ambiente, acondicionamento inapropriado, insetos, roedores, fungos, bactérias, agentes químicos e também por vandalismo e manuseio inadequado).

Segundo o documento que contém as informações básicas sobre o acervo fotográfico recolhido pelo Arquivo Público de Belo Horizonte, pode-se inferir sobre a apresentação deteriorada e vulnerável do material.

Por se tratar de material bastante vulnerável ao manuseio, às intempéries e à poluição atmosférica, a seção fotográfica deste acervo requer urgentemente de um sistema moderno de preservação, já que encerra informações acerca de cinco décadas da vida oficial da Prefeitura de Belo Horizonte. (Vale mencionar que o acervo cinematográfico já encontra-se em fase inicial de deterioração)¹⁵.

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte no ano de recolhimento desse acervo não tinha os equipamentos, os materiais e os mobiliários necessários para o tratamento adequado dos documentos e das imagens. De certo modo, estes negativos foram acondicionados e armazenados longe das condições ideais.

Em 2001 um projeto de Conservação Preventiva do Acervo do Arquivo da

¹⁴ MACEDO, Alessandra Pires Fonseca; SILVA Cristiana da; RIBEIRO Giselle Souza da Silva *et al.* “Os desafios impostos à organização das fotografias digitais: a experiência de recolhimento desenvolvida no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte” *Revista do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, número I, Maio de 2014, p. 105

¹⁵ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. “Informações básicas sobre o acervo fotográfico do Arquivo Público da Cidade de Belo. Horizonte.”, 1993, Fl.01.

Cidade de Belo Horizonte, financiado pelo Programa ADAI¹⁶ (Programa de Apoio al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos) e pela Prefeitura de Belo Horizonte, transformou uma das salas do APCBH em um Depósito Audiovisual, que, conseqüentemente, trouxe maior segurança aos documentos, prevenindo-os de agentes degradantes, através do controle de umidade e temperatura. O projeto foi executado em duas etapas distintas, sendo:

(...) a primeira, entre junho de 2000 e fevereiro de 2001, teve por objetivo a reforma do Depósito e a instalação do Sistema de Gerenciamento Térmico, CLIMUS, para monitoramento climático. A segunda, entre fevereiro e novembro de 2001, teve por objetivo a instalação do mobiliário e início do controle da temperatura e umidade relativa.¹⁷

A implantação do novo sistema de acondicionamento e de preservação dos acervos do APCBH apostou em um equipamento simples, seguro e com baixo custo de instalação e manutenção. O projeto obteve ótimos resultados e serviu de solução para outras instituições que necessitavam de um tratamento preventivo para seus acervos.

Definido como foi o recolhimento dos documentos, a dimensão do acervo ASCOM e as dificuldades encontradas pela instituição no tratamento adequado dos documentos, é importante ressaltar qual é o atual procedimento empregado ao acervo fotográfico ASCOM. O enfoque será dado aos negativos 35mm que estão sendo trabalhados atualmente, outro objetivo será mostrar, de forma geral, o manuseio, o armazenamento e o acondicionamento correto desses registros documentais, que são importantes para a história da cidade e que servem como fonte de informação do município.

Procedimentos para o tratamento dos negativos 35mm

A preservação, a conservação e a restauração são intervenções diretas que auxiliam a proteger os documentos, conter a sua deterioração e recompor a sua integridade física garantindo, assim, o seu pleno uso. Essas medidas, utilizadas para o tratamento dos materiais, devem apresentar ações técnicas com critérios especiais para

¹⁶ O Programa ADAI constitui um fundo financeiro multilateral de fomento ao desenvolvimento de arquivos dos países ibero-americanos. Outros objetivos do Programa são a concessão de bolsas de estudo para formação e assistência técnica; o desenvolvimento de planos de preservação, conservação e restauração de arquivos; a ampliação do acesso e a difusão aos documentos arquivísticos.

¹⁷ NUNES Leandro Araújo; GUTHS Saulo. "Conservação Preventiva do Acervo Audiovisual do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte", 2001 p. 1.

cada tipo de suporte e/ou formato documental. O APCBH, como uma instituição que se legitima por normas e leis, busca alcançar as soluções para o combate ou o manejo desses danos para o melhor aproveitamento dessa herança documental e cultural da cidade. Esses procedimentos e precauções não poderiam ser diferentes, tratando-se dos negativos 35mm advindos do acervo ASCOM. Segundo o relato de antigos funcionários os negativos ficaram muito tempo esperando os devidos cuidados, porém, com a finalização do projeto do Depósito Audiovisual, todas as caixas foram levadas para o local. A temperatura e a umidade em uma instalação de armazenamento de fitas são ajustadas a valores específicos ou a índices ideais, que não são alterados ou ajustados com frequência¹⁸. No caso desses negativos a temperatura varia de 20° a 22° com a umidade de 50% podendo variar 5% para mais ou para menos. As caixas foram então guardadas em gavetas de um armário de metal, no Depósito Audiovisual, minimizando os danos ao material até o seu tratamento.



Figura 1 – Caixas acondicionadas dentro do armário de metal no Audiovisual.

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH

Fotógrafo: Leonardo Moraes

As caixas foram organizadas e todas já vieram da ASCOM com o mês e o ano da produção das fotos. Dentro delas, existem negativos cortados e guardados em envelopes e negativos ainda em rolos. Depois de armazenadas no Audiovisual, as caixas foram codificadas e endereçadas para facilitar sua localização com informações do fundo, código de controle de arranjo, guia de recolhimento, data limite do evento e endereço

¹⁸ BOGARD, Jonh W. C. Van. “Armazenamento e Manuseio de fitas magnéticas.” *Revista: Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos*, Rio de Janeiro 2ª edição, 2001, p.25.

topográfico.



Figura 2 – Caixas com negativos separados em envelopes e em rolos.
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH

Os procedimentos para o tratamento dos negativos 35mm foram planejados detalhadamente antes de iniciar o trabalho, com definição das etapas a serem seguidas, desde o acondicionamento até a nomeação dos fotogramas no processo de digitalização. Posteriormente, foi necessário desenvolver uma tabela para a descrição dos negativos, além disso, o tratamento descritivo e de acondicionamento teriam que ter etapas diferenciadas, seja para os envelopes ou para os rolos.

Contudo, nos dois casos, as condições de armazenamento e as normas técnicas básicas de manuseio dos negativos foram seguidas. Um ambiente limpo e propício à manutenção foi uma das preocupações fundamentais para prolongar o tempo de vida dos documentos. Alguns outros cuidados essenciais com os negativos seriam evitar o toque na superfície do mesmo sem o uso de luvas livres de filamentos de tecido, não deixá-los exposto ao sol, não deixá-los cair nem submeter-se a choques abruptos, limpar qualquer tipo de sujidades visíveis em sua superfície, manter a área de armazenamento dos negativos sempre refrigeradas, secas e em pé.¹⁹

As etapas iniciais do tratamento são bem parecidas, no primeiro momento as caixas com os negativos são retiradas do audiovisual e são aclimatadas a uma nova temperatura, para que não haja um brusco choque térmico, por 24 horas. Após esse período de nova aclimação os negativos são retirados dos envelopes e observados.

¹⁹ BOGARD, Jonh W. C. Van. “Armazenamento e Manuseio de fitas magnéticas.” *Revista: Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos*, Rio de Janeiro 2ª edição, 2001, p.31.

Caso o negativo não esteja em um bom estado, ele é encaminhado para a conservação para receber os devidos cuidados, caso contrário eles serão acondicionados em jaquetas²⁰, específicas para negativos 35mm. Essas jaquetas são mais propícias ao manuseio e a forma de armazenagem dos negativos, além disso, possuem uma tarja, na parte superior, destinada ao preenchimento do endereço topográfico dos mesmos.



Figura 3 – Modelo de jaqueta para o acondicionamento correto dos negativos.
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH

Os negativos, na maioria das vezes, são cortados em suas extremidades para evitar que as pontas danifiquem o material das jaquetas. Esse tipo de ação deve ser realizada com bastante cuidado para que as informações contidas nos fotogramas não sejam perdidas. Os envelopes, em grande parte, possuem alguns dados sobre o evento que devem ser mantidos e reescritos na “listagem de negativos 35mm”, como por exemplo, o evento, a data, o fotógrafo, etc. Entretanto, alguns problemas foram encontrados nessa etapa do processo, a saber, vários envelopes não possuem descrições, muitas delas estão incompletas ou ilegíveis, além disso, todos os fotogramas vêm dentro do envelope sem nenhuma ordem, podendo ter dois ou mais eventos. No caso dos negativos em rolo, o problema é ainda mais grave, pois os eventos não possuem descrições e se encontram juntos sequencialmente, sem nenhum tipo de separação. Além disso, a maioria das caixas não apresenta informações nem mesmo do ano em que as imagens foram fotografadas.

²⁰ As jaquetas, popularmente conhecidas, são feitas em polipropileno quimicamente tratado, inerte, livre de ácido PVC, possuem 7 tiras e 6 frames para o acondicionamento dos negativos.

Depois de acondicionados dentro das jaquetas, os dados dos envelopes e o endereço topográfico são transcritos para a tabela, contendo o número da jaqueta, o intervalo da tira e da posição que o evento se encontra, a descrição original obtida nos envelopes, o fotógrafo, a data atribuída ao evento, a gestão, a quantidade de fotogramas e as observações, caso necessário.

Os negativos em rolo serão higienizados e tratados da mesma forma, porém estes tendem a permanecer em posição encurvada, desse modo, as jaquetas deverão ser planificadas por meio de procedimentos que não gerem danos ao material. No final todas as jaquetas são armazenadas no Depósito Audiovisual, sustentadas por um cabide, para que fiquem em pé, dentro das gavetas apropriadas.



Figura 4 – Jaquetas com negativos, acondicionadas em pé, dentro das gavetas no Audiovisual do APCBH.
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH

Todos os negativos do acervo ASCOM, passarão por uma seleção para serem digitalizados. A digitalização também é considerada um mecanismo de preservação e de acesso às imagens, visto a dificuldade de visualização dos negativos pelos consulentes sem um equipamento próprio para isso. Desse modo, a instituição escolheu uma forma de nomear, especificamente, cada negativo nas jaquetas facilitando tanto para o consulente, quanto para o funcionário que digitaliza a imagem. Essa nomeação está ligada à tira e à posição em que o negativo se encontra para que assim se saiba qual o fotograma o consulente quer que seja digitalizado. Alguns critérios devem ser considerados para a seleção das imagens como o foco, a luminosidade, o ângulo e o conteúdo das fotos, selecionando aquelas que contenham maiores informações sobre o evento.

No final do processo essas fotos farão parte do projeto Cestas da Memória que promove a identificação e a descrição de imagens presentes no acervo do APCBH e que conta com a participação de voluntários, incluindo antigos funcionários da PBH que tenham conhecimento sobre personalidades políticas, locais, eventos e outras temáticas referentes à história da cidade²¹. Em um futuro próximo, esses negativos 35mm também irão fazer parte do banco de dados do APCBH contendo as informações necessárias para as consultas de forma virtual. O objetivo é proteger as informações que esse rico acervo nos proporciona com a ajuda de convidados, produzindo descrições mais completas e que serão de grande utilidade para os consulentes e para a memória da cidade.

O APCBH segue as normas arquivísticas no tratamento do acervo fotográfico e os procedimentos ideais de conservação e preservação, no entanto, a realidade específica da instituição foi determinante para algumas escolhas realizadas, principalmente no que se refere à preservação digital do acervo. O APCBH também vem aprimorando suas estratégias com novos projetos e com a troca de experiências com outras instituições e profissionais, uma vez que isso é fundamental não apenas para a conservação e preservação dos documentos, mas também para a memória de Belo Horizonte.

Considerações Finais

Ao analisar o acervo da ASCOM recolhido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte em 1993, foi possível reconstruir uma história e ao mesmo tempo uma trajetória desses documentos, além de demonstrar os avanços que ocorreram ao longo dos anos dentro desta instituição. A implementação de novos métodos, projetos, qualificação dos profissionais e desenvolvimento tecnológico colaboraram para a progressão das atividades dentro do APCBH, no que tange à preservação e à conservação dos documentos.

O acondicionamento dos negativos 35mm foi procedimento planejado pelos profissionais que trabalham na instituição com bastante rigor, para que todos os dados encontrados junto aos envelopes fossem preservados contendo, pelo menos, uma breve descrição dos eventos. Esse mecanismo de conservação, tanto dos negativos quanto das informações, corroboram com a memória do município, já que esses negativos estavam

²¹ APCBH. Procedimentos para o tratamento dos negativos 35mm. Belo Horizonte: FMC, APCBH, 2014, Fl.1

longe dos cuidados adequados e hoje já estão sendo tratados para as futuras consultas de consulentes interessados na história da cidade.

A preservação e a conservação de imagens, negativos, relatórios, vídeos, dentre outros tipos de documentos é de extrema importância para a manutenção da memória do município e de seus habitantes. Os resultados obtidos na instituição comprovam que o tratamento dado a esses documentos garantem uma educação patrimonial, desenvolvimento e difusão do conhecimento científico e, sem dúvida, maior acessibilidade à história de Belo Horizonte. O APCBH preserva a memória de uma sociedade com a finalidade de conservar seus pilares, sem a perda de seus conhecimentos e sua identidade.

Referências bibliográficas:

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Inventário do Fundo de Assessoria de Comunicação do Município 1947-2010*. Belo Horizonte: APCBH, 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE/Departamento de Gestão de Documentos. *Gestão de Documentos na PBH*. Belo Horizonte: PBH, FMC, APCBH, 2013.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Procedimentos para o tratamento dos negativos 35mm*. Belo Horizonte: FMC, APCBH, 2014.

BARUKI Sandra; COURY Nazareth. Treinamento em conservação fotográfica: a orientação do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte. In: FUNARTE/*Coordenação de Documentação e Informação. Cadernos técnicos de conservação fotográfica*. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Funarte, 2004, pp.1-7.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Informações básicas sobre o acervo fotográfico do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: APCBH, Guia de Recolhimento 10.01.01, 1993.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Guia de Recolhimento Nº16*. Belo Horizonte: APCBH, Fundo ASCOM 10.04.01, 1993.

MACEDO, Alessandra Pires Fonseca; SILVA Cristiana da; RIBEIRO Giselle Souza da Silva *et al.* Os desafios impostos à organização das fotografias digitais: a experiência de recolhimento desenvolvida no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Revista do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, ano 1, n. 1, maio de 2014.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (org.). *Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas*. Londrina: EDUEL, 2008, pp. 119-184.

NUNES Leandro Araújo; GUTHS Saulo. *Conservação Preventiva do Acervo Audiovisual do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, 2001.

VAN BOGART, JOHN W.C. Armazenamento e manuseio de fitas magnéticas: um guia para bibliotecas e arquivos. BECK, Ingrid (Coord.); Trad. de José Luiz Pedersoli Júnior. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 1997. 38 p.: il. (n. 42: registros sonoros e fitas magnéticas).

Decreto n. 36, de 23 de julho de 1935. Define as atribuições das Inspetorias. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em 04 nov. 2014.

Decreto n. 4.489, de 13 de julho de 1983. Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em 04 nov. 2014.

Decreto n. 12.007, de 29 de março de 2005. Dispõe sobre alocação, denominação e atribuições dos órgãos de terceiro grau hierárquico e respectivos subníveis da estrutura organizacional da Administração Direta do Executivo, na Assessoria de Comunicação Social do Município, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em 04 nov. 2014.

Decreto-Lei n. 209, de 11 de novembro de 1947. Organiza os serviços da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em 04 nov. 2014.

Lei n. 860, de 11 de fevereiro de 1961. Reajusta vencimentos dos servidores municipais e contém outras providências. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em 04 nov. 2014.

Lei n. 5.900, de 20 de maio de 1991. Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em 04 nov. 2014.

Lei n. 9.011, de 01 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>>. Acesso em 04 nov. 2014.